UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAECS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JACQUELINE REIS BITENCOURT

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA:

Reflexões sobre a percepção dos alunos com deficiência.

ABAETETUBA/PARÁ

2018

JACQUELINE REIS BITENCOURT

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA:
Reflexões sobre a percepção dos alunos com deficiência.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sob orientação do Professor Dr. Bruno

ABAETETUBA/PARÁ

2018

JACQUELINE REIS BITENCOURT

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA:
Reflexões sobre a percepção dos alunos com deficiência.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sob orientação do Professor Dr. Bruno

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Bruno Rodrigues dos Santos UFPA (Orientador)

_____

Prof. Dr. Sebastião Martins Siqueira Cordeiro (Membro)

_____

Profa. Esp. Maria Madalena Silva da Silva (Membro)

ABAETETUBA/PARÁ

2018

Dedico este trabalho de conclusão de curso primeiramente a Deus, por ter me permitido que chegasse até aqui. Aos meus pais e familiares, que sempre torceram pelo meu sucesso e a todos que direta ou indiretamente me apoiaram. Aos professores que me ensinaram e permitiram que compartilhasse de seus conhecimentos. Em especial ao professor Bruno pela orientação e dedicação. Aos meus colegas de turma, pela amizade que a cada dia foi conquistada e pelas tristezas e alegrias que juntos vivemos. A todos os meus familiares e amigos, MUITO OBRIGADA!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, meu grande exemplo de vida. Graças a ele tive forças para chegar ao final dessa caminhada, me deu toda a coragem que eu precisava para ir além, dos meus limites nestes anos dedicados ao curso de Pedagogia.

Aos meus pais José Bitencourt e Tininha Bitencourt, por me ensinarem a retidão do caminho e por serem a minha fortaleza nos momentos mais difíceis a eles serei eternamente grata pelo dom de minha vida e por todo amor recebido até hoje.

Agradeço aos meus irmãos Rivelino, José Augusto, José do Carmo, José Luís, José Antônio, José Raimundo e minhas irmãs Luzelina, Joselina, e Josely pelo grande incentivo, companheirismo e paciência.

Ao meu orientador, Bruno pelas importantes orientações e contribuição na construção deste maravilhoso trabalho.

Agradeço também aos meus sobrinhos Marcelino, Sergio, Ronaldo, Vinicius, Cristiano e as minhas sobrinhas Juliani, Josilene, Adriane e Aryane que foram importantíssimos em minha trajetória acadêmica, pois me levavam todas os dias no campus, e também me ajudaram de outras formas a todos momentos que eu precisava.

E a todos os meus colegas de classe pelo companheirismo, carinho e amizade nestes quatro anos de cursos, em especial as minhas amigas Thaize e Luana, e os meu cunhado José luís e a minha cunhada Maria, e minha amiga, Cristiolange.

A todos os profissionais da Universidade Federal do Pará campus Abaetetuba que contribuíram bastante para a construção deste estudo.

E a todos que me ajudaram de forma direta ou indiretamente, o meu MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo, descrever e analisar criticamente a inclusão da pessoa com deficiência na UFPA-Abaetetuba a partir de suas instalações físicas, e como objetivos específicos, verificar a adequação da estrutura física da UFPA-Abaetetuba que está de acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2015; averiguar outras adequações necessárias de estruturação física para inclusão da pessoa com deficiência que não constam nas normas da ABNT NBR 9050/2015; desenvolver propostas de modificações e melhorias para acessibilidade física e estrutural na UPFA-Abaetetuba dando voz as pessoas com deficiência que precisam de uma universidade mais inclusiva e adequada às suas necessidades. Como metodologia utilizou A pesquisa é de caráter descritivo e do tipo qualitativa, ou seja, no sentido de verificar a existência de adaptações a partir da estrutura física de forma adequada ou não, ofertada na universidade para pessoas com deficiência, o ambiente universitário foi a fonte direta de coleta dos dados, permitindo analisar os dados coletados. Através das análises das fotografias podemos concluir que no Campus de Abaetetuba possuem rampas de acesso tanto no bloco antigo, como no bloco novo, porém estas se apresentam fora das normas da NBR9050, e algumas foram construídas após a construção de seu prédio como uma espécie de exigência da política de inclusão, porém possibilita o aluno com deficiência ingressar e estudar na Universidade.

Palavras chaves: Inclusão, Acessibilidade, Universidade, ABNT NBR9050/15

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7

1.1 O processo de Inclusão 8

1.2 Reflexões da História da educação especial no Brasil 11

2. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR 17

2.1 A Política de Inclusão nas Universidades Federais 17

2.2 A história das leis de inclusão no Brasil 18

2. 3 História das Norma ABNT NBR 9050/2015 21

3. OBJETIVOS 29

4. METODOLOGIA 30

5. RESULTADOS 30

5.1 O Local – Campus UFPA de Abaetetuba 31

5.2 Análise da Acessibilidade da UFPA – Campus Abaetetuba 32

6. DISCUSSÃO 37

7. PROPOSTAS DE MUDANÇA 40

8. CONCLUSÃO 47

9. REFERÊNCIAS 49

1. INTRODUÇÃO

Este estudo intitulado: A Educação Inclusiva no Campus Universitário de Abaetetuba: Reflexões sobre a percepção dos alunos com deficiência têm como objetivo descrever e analisar criticamente a inclusão da pessoa com deficiência na UFPA-Abaetetuba a partir de suas instalações físicas, e como objetivos específicos, verificar a adequação da estrutura física da UFPA-Abaetetuba que está de acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2015; averiguar outras adequações necessárias de estruturação física para inclusão da pessoa com deficiência que não constam nas normas da ABNT NBR 9050/2015; desenvolver propostas de modificações e melhorias para acessibilidade física e estrutural na UPFA-Abaetetuba dando voz as pessoas com deficiência que precisam de uma universidade mais inclusiva e adequada às suas necessidades.

Questionam-se, como vem acontecendo à inclusão da pessoa com deficiência na UFPA-Abaetetuba a partir de suas instalações físicas? Pois, a cada dia que passa a educação inclusiva adentra a Universidade e exige seu espaço querendo cada vez mais voz, vez, e lugar para se estabelecer de fato. Portanto a partir deste questionamento poderá concluir se a inclusão universitária, que ganhou um olhar diferencial nestes últimos anos no município de Abaetetuba, de fato ocorre.

A escolha por esse tema é devido ser cadeirante e no ano de 2014 ingressar no campus universitário de Abaetetuba e constatar durante quatro anos e meio os problemas que ainda assolam a educação inclusiva principalmente aos professores que recebem em suas salas de aula alunos com deficiências e que precisam desenvolver um trabalho voltado ao seu aprendizado, tanto na questão de acessibilidade quanto a falta de formação para atender adequadamente as minhas necessidades isso mostra que há necessidade de mudanças na visão e atitudes de professores e nos demais envolvidos no processo ensino/aprendizagem das pessoas com deficiência.

Apesar dos avanços existentes é fato que a Universidade Federal do Pará campus Abaetetuba, ainda precisa melhorar sua infraestrutura, seus recursos pedagógicos e a formação de seus professores para eliminar as barreiras para que a formação dos aluno com deficiência que lá estão seja efetivada com sucesso.

A presente pesquisa foi a de caráter descritivo e do tipo qualitativa, ou seja, no sentido de verificar a existência de adaptações a partir da estrutura física de forma adequada ou não,

ofertada na universidade para pessoas com deficiência, o ambiente universitário foi a fonte direta de coleta dos dados, permitindo analisar os dados coletados. Após a coleta de dados foi feita uma comparação das condições oferecidas ao deficiente no campus universitário de Abaetetuba com o que rege a ABNT NBR 9050/2015, a fim de descobrir se este estabelecimento está em consonância com o que rege a lei.

Para desenvolver esta pesquisa, num primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no campus universitário de Abaetetuba, após esse estudo ficou determinado quais pontos serão observados. Descrever e analisar criticamente a inclusão de pessoas com deficiências na UFPA-Abaetetuba a parti de suas instalações físicas e verificar a adequação da estrutura física do campus e também as que não constam nas normas da ABNT NBR9050/2015, e fazer uma análise crítica da norma já citada anteriormente e desenvolver propostas de modificações e melhorias para acessibilidade da UFPA-Abaetetuba e, além disso, dar voz as pessoas com deficiência que precisam de uma universidade mais inclusiva.

Em um segundo momento foi realizada por meio da coleta de dados que se dará através uma análise descritiva por meio de foto que levará em consideração as normas estabelecidas na ABNT NBR 9050/2015, em comparação com as instalações físicas à deficientes do campus universitário de Abaetetuba. Na pesquisa será abordado o tema da inclusão de pessoas com deficiências na instituição, levando em consideração dois fatores, a acessibilidade e a inclusão (PCD). Dessa forma será possível analisar o cumprimento ou não pela universidade no que determina as leis brasileiras quanto às normas constituídas supracitadas e ao direito de igualdade perante os estudantes.

I CAPITULO - A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O presente capítulo tem como objetivo abordar O processo de Inclusão, em seguida reflexões da História da educação especial no Brasil.

1.1 O processo de Inclusão

Antes do surgimento do termo inclusão de pessoas com deficiência que conhecemos atualmente, surge no decorrer da história, no Brasil e em todo mundo, concepções errôneas sobre uma parcela da população conhecida como os excluídos da sociedade que eram “as mulheres, estrangeiros, deficientes e demais pessoas consideradas fora do que é normal pela

sociedade da época" (Fumegalli, 2012, p. 18). Porém naquele período isso era considerado natural.

Essas práticas de exclusão desses grupos,

> [...] ocorre devido à práticas e valores da cultura que orientam as ações do homem. É o resultado de um processo histórico de construção de valores morais por parte das diferentes culturas. Este movimento do que é normal/anormal, também parte para a educação e provoca movimentos no contexto escolar (FUMEGALLI, 2012, p. 18).

A escola, de acordo com a autora, no decorrer da história não foi criada para a classe pobre da população, apenas os grupos minoritários tinham privilégios. No entanto sabe-se que hoje a escola e até mesmo a universidade tem papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral "a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, criando condições para que na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro" (FUMEGALLI, 2012, p. 18).

No meado do século XX com a atuação dos movimentos sociais contra toda forma de exclusão e discriminação que impediam "o exercício da cidadania das pessoas com deficiência surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva" (REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 20).

A partir dessas lutas por direitos, "a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão" (FUMEGALLI, 2012, p. 18).

> A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, *apud*, FUMEGALLI, 2012, p. 19).

Atualmente em nossa sociedade, vivemos um período de quebra de tabus, onde é possível ser diferente, mas não é possível viver e demonstrar a diferença.

> [...] e isto é percebido no momento em que uma sociedade que luta por liberdade de expressão discrimina pessoas em razão de diferenças de características intelectuais, físicas, culturais, sexuais, sociais, linguísticas, discriminando ainda as pessoas que não vão às aulas porque trabalham e também aquelas que de tanto repetir desistiram de estudar, entre outras estruturantes do modelo tradicional de educação escolar (FUMEGALLI, 2012, p. 18).

De acordo com a UNESCO, o movimento sobre a inclusão que ganha força com a Declaração de Salamanca nas décadas de 1990, afirma que “as crianças e jovens com deficiências devem ter acesso às escolas regulares que a elas devem se adequar” (UNESCO, 1994, p. 08-09). E que todos nessa escola “devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças” (MILLS (1999, p. 25).

Fumegalli, (2012, p. 19) reitera, afirmando que,

> De fato, todos devem fazer parte, do Sistema Educacional inclusivo onde deve ser proibida a utilização de práticas discriminatórias para que se garanta igualdade de oportunidades. Discriminação que, muitas vezes, acontece em condutas veladas que frustram e que negam ou restringem o direito de acesso a um direito que é de todos.

Ainda para a autora, na inclusão escolar todos os alunos, com ou sem deficiência, tem o direito de entrar na escola e de receberem um bom atendimento, a exceção de algumas situações.

Segundo Coreia, (2005, p.07)

> Com a educação inclusiva as crianças com deficiência tem melhor oportunidade de aprendizagem numa sala regular, de uma escola igualmente regular, com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, e complementar uma escola inclusiva é, assim, uma escola onde toda a criança é respeitada e encorajada aprender até os limites de suas capacidades.

Mazzotta (2002, p. 10) vai mais além e complementa que “Inclusão é a base da vida social onde duas ou mais pessoas se propõe a, ou tem que, conviver, já que muitas vezes o convívio não depende apenas da vontade individual”.

Segundo Mazzotta (2003, P. 33) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, isso é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. “É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo”.

Mantoan (2003) reforça que não adianta, “admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir”.

> Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais (MANTOAN, 2003, p. 30).

Ainda para a autora Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, “seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores” (MANTOAN, 2003, p. 30).

Segundo Mantan (2003, p. 31) para que a inclusão aconteça realmente é preciso “virar a mesa, ou melhor, de virar a escola do avesso, e já faz tempo que estamos retendo essa possibilidade de revolucionar os nossos sistemas educacionais em favor de uma educação mais humana”, mais democrática.

1.2 Reflexões da História da educação especial no Brasil

A prática da Educação Inclusiva no Brasil passou por muitos e diferentes desafios até chegar no que se têm atualmente. Segundo Mazzotta (2005) o atendimento para pessoas com deficiência teve seu início, no Brasil na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente “em 12 de setembro de 1854 que a primeira providencia neste sentido foi concretizado por D. Pedro II. Naquela data, através do decreto Imperial nº 1428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos meninos cegos” (MAZZOTTA, 2005, 28).

> A fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro José Alves de Azevedo, que estudará no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Hauy no século XVIII. Por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha de doutor José F. Xavier Sigaud, médico da família Imperial, José Alves de Azevedo despertou a atenção e o interesse do ministro do império Conselheiro couto Ferraz. Sob a influência de couto Feraz D, Pedro II criou tal Instituto, que foi inaugurado no 17 de setembro de 1854, cinco dias após sua criação. Para dirigi-lo, foi nomeado o doutor Xavier Sigaud, cujo o busto em mármore se encontra no salão nobre daquela casa de ensino (MAZZOTTA, 2005, p. 28).

Em 1857, houve também a criação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, sob a atuação de D. Pedro II, que pela Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, portanto três anos após a criação do Instituto Benjamin Constant, fundou também no rio de Janeiro o Imperial dos Institutos dos surdos mudos “A criação desta escola deve-se a Ernesto Hüet que veio da França para o Brasil com os planos de fundar uma escola para surdos-mudos” (ROMERO & SOUZA, 2017, p. 06; MAZZOTTA, 2005, p. 29). A criação destas instituições pioneiras pareceram atos inusitados, considerando-se o contexto da época comenta Teixeira,

> Nada me parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação, com medidas medíocres e lampejos de paternalismo, do que a criação do colégio Pedro II e dos institutos de cegos e surdos-mudos, como as principais instituições educativas da capital do país em 60 anos de reinado (1968, p. 71).

Mazzotta (2005) continua relatando que no ano de 1957, isso é, “sem anos após a fundação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos”, pela Lei nº 3.198 de 06 de julho passaria essa instituição a denominar “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”.

Mazzotta (2005, p.29), comenta que, “[...] desde seu início a referida escola caracterizou-se como estabelecimento educacional voltado a “educação literária e o ensino profissionalizantes” de meninos “surdos mudos”, com idade entre 7 e 14 anos”.

> Em ambos os institutos, algum tempo depois da inauguração, foram instaladas oficinas para aprendizagem de oficio. Oficina de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas; oficina de sapataria encadernação, pautação e douração para os meninos surdos (MAZZOTTA, 2005, p.29).

No decorrer do ano de 1874 ainda no período imperial, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira) (ROMERO & SOUZA, 2017, p. 06). De acordo com Mazzota (2005) Sobre o tipo de assistência prestada, há, no entanto, “informações insuficientes para a sua caracterização como educacional. Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional; ou, ainda, atendimento médico-pedagógico”.

Nesse início da história da educação especial no Brasil, JANNUZZI, *apud*, Mendes (2010, p. 94) identifica duas vertentes, “denominadas de “médica pedagógica e a psicopedagogia”, caracterizadas como:

> Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares […]. Vertente psicopedagogia: que não independe do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos […] (JANNUZZI, *apud*, MENDES, 2010, p. 94).

O descaso do poder público prevaleceu no período imperial, não apenas em relação “à educação de indivíduos com deficiências, mas também quanto à educação popular de modo geral, e que as raras instituições existentes possivelmente foram criadas para o atendimento dos casos mais graves, de maior visibilidade” (JANNUZZI, 1985, p. 95). Enquanto que os casos “leves eram ainda indiferenciados em função da desescolarização generalizada da população, até então predominantemente rural” (JANNUZZI, 1985, p. 95).

De acordo com Mazzota (2005) no começo do século XX, foram publicados alguns importantes trabalhos científicos e técnicos sobre a educação dos deficientes foram eles:

> [...] em 1900, durante o 4º Congresso brasileiro de medicina e cirurgia, no Rio de Janeiro o doutor Carlos Eiras apresentou a monografia intitulada Da Educação e Tratamentos Medico Pedagógico dos Idiotas. Por volta de 1915, foram publicados três outros importantes trabalho sobre a educação de deficientes mentais: A Educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil, de autoria do professor Clementino Quaglio, de São Paulo, e Tratamento e Educação das Crianças Anormais da

> Inteligência e A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina, obra de Basílio de Magalhães, do Rio de Janeiro. Na década de vinte o importante Professor Norberto de Souza Pinto, de Campinas (SP) Intitulado Infância retardatária (MAZZOTTA, 2005, p. 30-31)

Ainda para o autor citado, no meado do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais que prestavam algum tipo de atendimento escolar aos deficientes mentais. Ainda, quatorze estabelecimento de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. Dentre os estabelecimento mais importante estão segundo MAZZOTTA (2005, p.31).

> Em Santa Catarina no município de Joinville, O Colégios dos Santos Anjos de ensino regular particular, fundado em 1909, com atendimento a deficientes mentais; no Rio de Janeiro (RJ), A escola Rodrigues Alves, estadual regular para deficientes físicos e visuais, criada em 1905, A Sociedade Pestalozzi do estado do Rio de Janeiro, particular especializada, criada em 1948 para atender deficientes mentais; em Minas Gerais na Capital Belo Horizonte, A escola Estadual São Rafael, especializada no ensino de cegos, criadas em 1925 (2005, p.31).

Estes estabelecimentos assim como os outros que surgiram foram muito importante no momento de suas criações e pela força que vieram a adquirir no seu funcionamento ou, ainda, pelo papel desempenhado na evolução da educação especial no Brasil.

Nesse mesmo século, segundo Amaral et al. (2014, p. 03) “muitos conflitos e transformações aconteceram, principalmente, no contexto da educação especial presente no Brasil desde o período imperial”. Podemos citar as expressões do tipo: “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”, sinalizando de alguma forma a ideia de “respeito à individualidade de cada criança” (CARVALHO, *apud*, AMARAL, 2014, p. 03).

Ainda para Amaral (2014, p. 03) outra lei importante para o movimento da inclusão no Brasil foi a “Lei n° 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) que garantia o direito à educação em escolas regulares para as crianças com alguma deficiência ou superdotadas”.

Na década de 1970, houve um inesperado “retrocesso na caminhada da política inclusiva com a lei n° 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com deficiências, reforçando, assim, a segregação destes em salas especiais” (AMARAL, 2014, p. 03). Essa lei, também apontava a posição acerca dos alunos com deficiência como se pode ver a seguir.

> Os alunos que presentam deficiência física e mental, os que se encontram em atraso considerável quando a idade regular de matricula e superdotados, deveram receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação (BRASIL, apud, PEREIRA, 2007, p. 32).

No ano de 1979, surge um movimento muito importante encaminhado pela Organização das nações Unidas- ONU, denominado Ano Internacional das pessoas deficientes (AIPD). Esse movimento segundo Pereira (2007) mobilizou muitas famílias de deficientes e os próprios deficientes em torno dessa temática, refletindo em Brasília um ano após o I encontro nacional de entidades de pessoas deficientes, cujo tema era "Participação plena e igualdade". De acordo com PEREIRA (2007, p. 32).

> O evento contou com a presença de cerca de mil participantes, oriundos das diferentes regiões do país. Neste encontro, além de ter sido aprovada a primeira pauta de luta do seguimento, foi criada a primeira entidade representativa- A coalisão nacional de deficiência da pessoa com deficiência englobando todas as áreas de deficiência, e definiu-se a política a ser adotada durante a AIPD (PEREIRA, 2007, p. 32).

A autora deixa em evidencia que a principal característica desse movimento que surgia foi à representação, pelas próprias pessoas com deficiência e não mais pelos especialistas.

Em 1986, após muitos outros movimentos surge a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa com deficiência denominada (CORDE), para assuntos, atividades e medidas que se referem as pessoas com algum tipo de deficiência.

Essa coordenadoria, segundo Pereira (2007) foi instalada pelo "decreto nº 93. 481, de 29 de outubro, e era ligada ao gabinete Civil da presidência da república [...] sempre ligada ao MEC, a CORDE, com o objetivo mais amplo, passou por distintos ministérios" (JANUZZI, apud, Pereira, 2007, p. 33) e depois de nove anos, vinculou-se ao ministério da justiça.

Segundo Pereira (2007) a coordenadoria Nacional para a Integração compete dentre seus objetivos:

> I - exercer a coordenação superior dos assuntos, das ações governamentais e das medidas referentes a pessoas portadoras de deficiência;
> II - elaborar os planos, programas e projetos da política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, bem como propor as providencias necessárias a sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes e recursos financeiros e a de caráter legislativo;
> III - acompanhar e orientar pela excursão pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos, mencionados no inciso anterior;
> IV- manifestar-se sobre a Política Nacional de integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dos projetos Federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos;
> V- manter estreito relacionamento com os Estados, com o Distrito Federal, os Municípios e o Ministério Público, objetivando a concorrência de ações destinadas a integração das pessoas portadora de deficiências;
> VI- provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objetos da ação civil de que trata a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 e indicando-lhe os elementos de convicção (GOTTI, *apud*, PEREIRA, 2007, p. 33).

Entre os anos de 1990 a 1998 muitas mudanças ocorreram no campo da educação especial no Brasil entre eles à extinção de alguns órgãos como a Secretaria de Educação

Especial- SEESPE, que foi substituída pela Secretaria Nacional de Educação Básica-SENEB. Também houve a inclusão do Departamento da Educação Supletiva e especial-DESE, com competência especifica em relação à educação especial. Também nesse contesto, houve a reorganização dos Ministérios, como a volta da Secretaria de educação Especial-SEESP, criado com a Lei 8.490/92 (PEREIRA, 2007).

Segundo Pereira (2007) as ações desses órgãos criados nesse período, caracterizavam-se com algumas desarticulações não havendo clareza as funções desses órgãos. “Somente com a elaboração de planos de trabalho e políticas de ação é que foram definidos as diretrizes do CORDE e da SEESP. A primeira direcionaria suas ações para o contexto geral das políticas sociais e a segunda, para a educação” (PEREIRA, 2007, p. 35).

No ano 2000, surge “o Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei n°10. 172/2001 onde, traça diretrizes, objetivos e metas para a política de educação especial no qual destaca a construção de uma escola inclusiva e que atenda à diversidade humana” (LIRA, 2016, p. 27).

Em relação aos Objetivos desta Lei segundo BRASIL, (2001) diz o seguinte:

> 1. Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches.
> 2. Generalizar, em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância.
> 3. Garantir a generalização, em cinco anos, da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação infantil e do ensino fundamental, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.
> 4. Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.
> 5. Generalizar, em dez anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive através de consórcios entre Municípios, quando necessário, provendo, nestes casos, o transporte escolar.
> 6. Implantar, em até quatro anos, em cada unidade da Federação, em parceria com as áreas de saúde, assistência social, trabalho e com as organizações da sociedade civil, pelo menos um centro especializado, destinado ao atendimento de pessoas com severa dificuldade de desenvolvimento.
> 7. Ampliar, até o final da década, o número desses centros, de sorte que as diferentes regiões de cada Estado contem com seus serviços.
> 8. Tornar disponíveis, dentro de cinco anos, livros didáticos falados, em braile e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal do ensino fundamental.
> 9. Estabelecer, em cinco anos, em parceria com as áreas de assistência social e cultura e com organizações não governamentais, redes municipais ou intermunicipais para tornar disponíveis aos alunos cegos e aos de visão subnormal livros de literatura falados, em braile e em caracteres ampliados.

> 10. Estabelecer programas para equipar, em cinco anos, as escolas de educação básica e, em dez anos, as de educação superior que atendam educandos surdos e aos de visão subnormal, com aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem, atendendo-se, prioritariamente, as classes especiais e salas de recursos.
> 11. Implantar, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não governamentais (BRASIL, 2001, p. 55-56).

A partir de todo esse processo histórico percebe-se que a inclusão de pessoas com deficiências especiais nas instituições educacionais é essencial para a construção de uma sociedade igualitária, e contribui para a evolução dessas pessoas. As políticas públicas em educação vêm priorizando a educação democrática, justa e humana. Segundo SASSAKI (2000) se trata de um processo que exige, da sociedade, que se torne acessível a todas as pessoas, principalmente a quem possui deficiência.

2. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

O objetivo do presente capítulo é registrar sobre a Política de Inclusão nas Universidades Federais, a história das leis de inclusão no Brasil e a História das Normas ABNT NBR 9050/2015.

2.1 A Política de Inclusão nas Universidades Federais

As Políticas direcionadas a inclusão de pessoas como deficientes em universidades públicas ou privadas ainda é um tema vago entre nós. Segundo Duboc (2011) não há uma legislação ou documentos específicos que normatiza ações a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior no Brasil. A legislação que existente, assim como em Portugal é direcionada principalmente à educação infantil, ensino básico e secundário, onde,

> [...] orienta a criação de apoios pedagógicos adequados às necessidades individuais dos estudantes com deficiência na trajetória escolar, sem mencionar orientações precisas ou as condições para o acesso e a permanência no ensino superior (FERNANDES; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016 p. 02).

No entanto apesar de não haver uma política específica para os deficientes que ingressam em universidades públicas ou privadas, já existem segundo Pereira (2007) algumas iniciativas por parte de algumas instituições.

> Esses programas objetivam, de forma mais ampla garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. Para tanto, são desenvolvidas ações de acessibilidade físicas e de comunicação, produção de matérias em braile, apoio aos professores, com exposição de recursos pedagógicos alternativos, promoção de eventos informativos e de sensibilização da comunidade universitária, atendimento nas bancas especiais, durante o vestibular, desenvolvimento de pesquisas voltada para essa área, bem como promover a integração da universidade com outras instituições públicas e privadas que atuam nessa área (PEREIRA, 2007, p. 93).

Pode-se citar também o programa Incluir, do Ministério da Educação e Cultura- MEC, onde "visa fortalecer essas iniciativas e estimular a implantação de novos núcleos, como é pautado no edital de nº 3 de 26 de abril de 2007" (PEREIRA, 2007, p. 94). Ainda para a autora, o principal objetivo desse edital é de garantir e apoiar proposta de criação de núcleos de acessibilidade, em instituições públicas ou privadas onde esses núcleos serão implantados.

Outro programa muito importante para os alunos com deficiência, de acordo com PEREIRA (2007) é o Programa USP legal.

> Programa formado por uma comissão Permanente para assuntos relativos as pessoas com deficiências vinculada a coordenadoria Executiva de cooperação Universitária e de atividades especiais (CECAE) da Universidade de São Paulo, criado no dia 1º de outubro de 2001, através da portaria GR 3. 304 e idealizada pela professora Ligia Assunção Amaral, do instituto de Psicologia (PEREIRA, 2007, p. 94).

Dentro dessa linha de pensamento podemos também mencionar a política de cotas que surge em 2007, com o objetivo de oferecer uma significativa porcentagem de vagas para grupos que foram marginalizados e excluídos no decorrer da história. Segundo Duboc (2011) a política de cotas destina,

> [...] em cada um dos seus cursos, 50% das vagas para alunos oriundos de escola pública. Destas vagas, 80% são destinadas para negros autodeclarados. Adicionalmente, são destinadas em cada curso duas vagas exclusivas para indígenas e/ou quilombolas. E há uma política aprovada que contempla além do acesso, a permanência e a pós-permanência desses grupos após a conclusão do curso na universidade (DUBOC, 2011, 04)

De acordo com a autora, apesar de ainda não existir cotas para pessoas com deficiência, já há uma abertura de espaço específico para atender às necessidades destes candidatos ao ingresso a universidade no que o diz respeito ao processo seletivo - o vestibular segundo a Comissão Permanente de Vestibular do Pró - reitoria de Graduação (PROGRAD),

> [...] tem possibilitado o emprego de "prova ampliada", ou seja, ampliação do tempo para a realização das provas para alunos com deficiência visual. – (cegueira, baixa visão): prova em braile e ledor; prova ampliada e para candidatos com deficiência auditiva intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais); e leitura labial, na forma do Decreto n. 5.626, de 22.12.2005 e apoio psicológico a alunos e familiares (DUBOC, 2011, 04)

Como se pode observar, uma política de inclusão especifica para deficientes ainda não tem, como foi mostrado pelos autores, porém já existem ações bem sucedida como foi destacado anteriormente. Em nossa universidade ainda não temos dados específicos sobre o número de alunos deficientes que existe, mas eles existem e sem dúvidas quer ter direito ao acesso, à permanência e a conclusão de seus estudos no ensino superior (BUBOC, 2011).

2.2 A história das leis de inclusão no Brasil

Mazzotta (2005) em seus estudos sobre a história da educação especial no Brasil apresenta algumas leis dessa educação de 1961 a 1971 que destacaremos a seguir breve analises de algumas delas.

Primeiramente destacaremos a Lei de Diretrizes e base da educação Nacional,

> Lei nº 4.024/61, que, reafirmando o direito dos excepcionais a educação, indica em seu artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação (MAZZOTTA, 2005, p. 68).

Como se pode observar que o princípio básico contido nessa lei é o de que a educação das pessoas com deficiências deve ocorrer com a

> [...] utilização dos mesmos serviços educacionais organizados para a população em geral (situação comum de ensino), podendo se realizar através serviços educacionais especiais (situação especial de ensino) quando aquela situação não for possível (MAZZOTTA, 2005, p. 68).

Ainda para Mazzotta (2005), o Artigo 89 dessa mesma lei, há o compromisso dos Poderes Públicos de dispensar "tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções a toda iniciativa privada, relativa a educação de excepcionais, consideradas eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação (MAZZOTTA, 2005, p. 68)

A Lei 5.692/71, alterada pela Lei nº 7.044/82, fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, define o objetivo geral para estes grau de ensino (comum ou especial) como o de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de outo-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania" (2005, p. 69). Além disso,

> No artigo 9º a Lei 5.692/71 assegura "tratamento especial" "aos alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quando a idade regular de matricula e os superdotados". De conformidade com os conselhos estaduais de educação definirem. Nestes termos Tanto se pode entender que tal recomendação contraria o preceituado no artigo 88 da Lei nº 4.024/61, como também que, embora desenvolvida através de serviços especiais, "a educação dos excepcionais" podem enquadrassem no sistema geral de educação (2005, p. 69).

Em 1986, o Centro Nacional de Educação especial edita a "Portaria CENESP/MEC nº 69º, definindo normas para a prestação de apoio técnico e/ou financeiro a Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular" (p. 75). Como se pode perceber, nota-se um certo avanço, quanto a caracterização das modalidades de atendimento e da clientela a que se destina. De acordo com, Mazzotta (2005, 75) "a educação especial é entendida como parte integrante da Educação visando ao desenvolvimento pleno das potencialidades do 'educando com necessidades especiais'". Essa expressão surge mais como eufemismo do que, uma nova compreensão dessa clientela da educação especial.

De acordo com Mazzotta (2005), é ai que aparece pela primeira vez a expressão "educandos com necessidades especiais" em substituição a expressão alunos excepcionais, que daí para frete foram extintos dos textos oficiais.

No dia 05 de outubro de 1988, é promulgada a Nova Constituição Brasileira. Nessa constituição são direcionados alguns itens importantes para a educação especial. Assim, no Título VIII, Da Ordem Social, no Capítulo II, Da seguridade Social, Seção IV, da Assistência Social,

> O artigo 203 dispõe que independente de contribuição de seguridade social, a assistência social será prestada a quem dela necessitar. Dentre seus objetivos, inclui o Inciso IV "a Habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a

> promoção de sua integração a vida comunitária", Inciso V, "a garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem de possui meios de prover a própria manutenção ou de tela provida por sua família conforma dispuser a Lei" (MAZZOTTA, 2005, p. 76).

No Capitulo III desta mesma Lei em que se encontra o item Da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205: "

> A educação é direito de todos e dever do Estado e da Família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu prepara para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (MAZZOTTA, 2005, p. 77).

No artigo 2008, que consta o item sobre o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

> I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a este não tiveram acesso na idade própria;
> II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino [...];
> VII- "atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programa suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (MAZZOTTA, 2005, p. 77).

No artigo 2013, é disposto que os "recursos públicos serão destinados as escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas pela lei [...]" (p. 77).

No título VIII, Da Ordem Social, Capitulo VII, Da família, da criança, do Adolescente e do idoso, Artigo 227, diz que "a educação figura como um dos direitos da criança e dos adolescentes que deve ser assegurado pela família, sociedade e Estado com absoluta prioridade" (p. 77).

Mazzotta (2005) ressalta que no Parágrafo I desse artigo diz que o Estado promoverá programas de assistência integral a saúde da criança e do adolescente, segundo determinados princípios. Dentre eles o de que

> [...] serão criados programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (MAZZOTTA, 2005, p. 77-78).

Já no parágrafo 2º estabelece que "a Lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículo de transporte coletivo a fim de garantir acesso adequado" (p. 78) as pessoas com deficiência.

Através da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, são estabelecidas normas gerais para os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências. No artigo 2º "estabelece que o ao Poder Públicos e seus órgãos, cabe assegurar as pessoas com deficiência o pleno exercício

de seus direitos básicos" (p. 80). No inciso I define as medidas a serem tomadas na área da educação.

> a) A inclusão, no sistema educacional, Da educação especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
> b) A inserção no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
> c) A oferta, obrigatória e gratuita, Da educação especial em estabelecimento público de ensino;
> d) Oferecimento obrigatório de programas de educação especial a nível pré-escolar e escolar, em unidade hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 ano, educando com deficiência;
> e) O acesso de alunos com deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudos;
> f) A matricula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de ser integrarem no sistema regular de ensino (MAZZOTTA, 2005, p. 80-81)

Segundo o Ministério da Educação no documento da Secretaria de Educação Especial. Até a década de 1990, não "se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência." (BRASIL, 2007, p. 12). Deste modo, Miranda (2003, p. 6) explica que "[...] os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pela lei estavam muito longe de serem alcançados."

Ainda para Miranda (2003) ao realizar-se um passeio pela Educação Especial brasileira até os anos 90, são perceptíveis os avanços obtidos, uma vez que em seus primórdios o atendimento ao deficiente era quase inexistente e nessa época já é possível notar propostas e ações políticas integracionistas. Porém, apesar das reformas empreendidas e das mudanças nos sistemas educacionais, a educação permanecia muito limitada no país.

2. 3 História das Norma ABNT NBR 9050/2015

Antes de iniciar um percurso histórico sobre as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), precisamos conhecer o que são normatização. Segundo Brasil (2011 p. 06) "A normalização é tecnologia consolidada, que nos permite confiar e reproduzir infinitas vezes determinado procedimento, seja na área industrial, seja no campo de serviços, ou em programas de gestão, com mínimas possibilidades de errar", entre outros aspectos altamente positivos.

Segundo Fernandes; Santos (*apud*, BERTHOLINO; SILVA, 2008, p. 40) normalização é uma atividade que "[...] busca a qualificação de produtos e serviços, de maneira organizada e

padronizada, que o homem, através de necessidades sociais, usou de sua criatividade para racionalizar e normalizar situações incômodas" que logo se transformava em sérios problemas do seu cotidiano.

As normatizações são muito importante devido utilizar meios para se alcançar a redução de custo da produção de um produto final, mantendo ou melhorando e aperfeiçoando sua qualidade.

Segundo Antunes (2018) as normatizações são muito importante tanto para a Sociedade quanto para o Consumidor e estão claros no "Código de Defesa do Consumidor - CDC (Lei n.8.078, de setembro de 1990, Cap. V - Das Práticas Comerciais" (ANTUNES, 2018, p. 02) e na Seção IV - Das Práticas Abusivas:

> Art. 39 - É vedado ao fornecedor de Produtos ou Serviços: VIII - Colocar, no mercado de consumo, qualquer Produto ou Serviço em desacordo com as Normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se Normas especificas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (ANTUNES, 2018, p. 02).

Ainda para o autor, "a normalização é utilizada cada vez mais como um meio para se alcançar a redução de custo da produção e do produto final, mantendo ou melhorando sua qualidade" (ANTUNES, 2018, p. 02).

Agora que refletimos sobre o conceito e a importância das normatizações, vamos realizar um percurso histórico é descobrir quando uma da mais importante normatização surge no Brasil, isso é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A história das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em nosso país deu seus primeiros passos como as conhecemos atualmente a partir dos anos de 1940 (BRASIL, 2011), após diferentes necessidades e exigências crescentes da manufatura industrial daquele período, bem antes desse período já tínhamos "as primeiras experiências europeias com a padronização de equipamentos, navios e armamentos" (BRASIL, 2011, p. 20). Tinha como objetivo fornecer a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

À medida que a civilização brasileira evoluía, essa necessidade aumentava. Com a revolução Industrial e o surgimento da máquina a vapor.

> [...] os aspectos de medição passaram a ser importantes. Surgiu a necessidade de se estabelecer tolerâncias para as medições. A diversidade de critérios para medições fez

> surgir a necessidade de padronização. Surgiram então o metro, o quilograma, etc. Um dos benefícios da Revolução Francesa foi à adoção do sistema métrico decimal (PANDO, 2014, p. 01).

No ano de 1947 foi criada a ISO- International Standardization Organizatio ou (Organização Mundial para Normalização). “Essa entidade foi formada pelos órgãos de normalização de cada país. Tem como objetivo principal buscar uma padronização de processos e produtos a nível mundial” (PANDO, 2014, p. 02).

De acordo com a definição da ISO, “a Normalização é a atividade conducente à obtenção de soluções para problemas de caráter repetitivo, essencialmente no âmbito da ciência, da técnica e da economia, com vista à realização do grau ótimo de organização num dado domínio” (PANDO, 2014, p. 02).

Diante das necessidades, as normas foram evoluindo até chegar o que temos atualmente, uma normalização técnica que “baseia-se em resultados da ciência, da tecnologia e da experiência prática. Ela tem como preceito básico a obtenção do consenso entre as diversas partes envolvidas: o fabricante, o fornecedor e o cliente/usuário” (PANDO, 2014, p. 03).

No entanto, aqui nesse trabalho não iremos aprofundar no histórico das normatizações, mesmo porque não é nosso objetivo, mas sobretudo pautaremos nas Normas Técnicas Brasileiras sobre acessibilidade NBR 9050/2015.

Segundo Schmitt (2016) a Associação de Normas Técnicas ABNT (2015), oferece uma lista de normas relacionadas à acessibilidade e direcionadas para diversas áreas e profissionais.

> Muitas são específicas de acordo com o tipo de ambiente a ser aplicada, como a NBR 14020, direcionada para trens de longo percurso, a NBR 14273, para o transporte aéreo comercial e as NBR 14970-1, NBR 14970-2 e NBR 14970-3, que são diretamente relacionadas para veículos automotores. Existem, também, normas específicas para certos equipamentos, como a NBR 15250 que trata sobre acessibilidade em caixas de autoatendimento bancário, a NBR 15290 sobre acessibilidade em comunicação na televisão e a NBR NM 3 313 sobre requisitos de segurança para construção e instalação de elevadores de passageiros, dentre muitas outras (SCHMITT, 2016, p. 30).

Além dessas normas segundo a autora, tem também a NBR 15599, que apresenta uma série de instruções sobre acessibilidade para comunicação na prestação de serviços ao público em pontos como:

> Competência do profissional ao lidar com a Pessoa com Deficiência e ao se comunicar, equipamentos adequados e acessíveis, instrumentos como formulários que devem oferecer recursos como ampliação de texto e especificações para empresas como centrais de atendimento de emergência, atendimento ao consumidor, serviços

> jurídicos, estabelecimentos de ensino, lazer, cultura, saúde, hospedagem, turismo, etc. (SCHMITT, 2016, p. 30).

Porém aqui daremos destaque para norma brasileira - NBR 9050 que foi "elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Edificações (CE-040: 000.001). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 08, de 20.08.2012 a 18.10.2012" (BRASIL, 2011, p. 13).

Esta é a terceira edição NBR 9050/ 2015 que cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 9050:2004), a qual foi tecnicamente revisada e atualizada.

A NBR 9050 foi atualizada em 11 de setembro de 2015, vem especificamente "apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade" (ALMEIDA, 2012, p. 24).

Essa norma proporcionou a base do conteúdo analisado durante a observação no lócus onde foi realizada a pesquisa para a avaliação da acessibilidade do campus universitário de Abaetetuba.

Iniciaremos falando sobre **acessibilidade à informação.** Segundo a NBR 6050, "deve ser completa, precisa e clara, sendo transmitida por meio de sinalizações visuais, táteis e sonoras e apresentada através do uso do mínimo de dois desses sentidos" (BRASIL, 2015, p. 30).

A sinalização é classificada em sinais de localização, de advertência e de instrução. Os primeiros são sinais que buscam orientar o indivíduo sobre a localização de algum determinado local ou equipamento (SCHMITT, 2016, p. 35). Os sinais de advertência são sinais de alerta prévio a uma instrução. Já os sinais de instrução têm como objetivo "[...] instruir uma ação de forma positiva e afirmativa. Quando utilizados em rotas de fuga ou situações de risco, devem preferencialmente ser não intermitentes, de forma contínua." (BRASIL, 2015 p. 30).

Além disso, "a sinalização pode ser informativa, direcional ou de emergência, podendo ser permanente ou temporária" (SCHMITT, 2016, p. 35).

Ainda para Schmitt (2016, p. 35) a NBR 9050 apresenta, ainda, diversos pontos sobre a sinalização como: "disposição (localização, altura, diagramação e contraste) e linguagem (visual, tátil e sonora)". Para a padronização da "sinalização de ambientes acessíveis, a ABNT apresenta através da NBR 9050 de 2015, uma coleção de símbolos utilizados para a

identificação destes espaços" (p. 36). A Figura abaixo representa o símbolo internacional de acesso (SAI):

Figura 1 – Símbolo Internacional de Acesso (SAI)

Fonte: SCHMITT, 2016

Além destes símbolos internacional de acesso existem outros: para indicar a existência de mobiliário, equipamento e serviços disponíveis para PCD visual, para a indicação de espaços e serviços acessíveis para PCD auditiva entre outros (SCHMITT, 2016, p. 36).

> A NBR 9050 enfatiza que todos os símbolos devem ser fixados em locais de fácil visibilidade e grande circulação como entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, áreas de embarque e desembarque de passageiros com deficiência, sanitários, áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência, áreas reservadas para cadeirantes e também em equipamentos e mobiliários preferenciais para o uso de PCD (SCHMITT, 2016, p. 36).

Além dos símbolos "universais" que acabamos de identificar acima, a Norma também apresenta os chamados símbolos complementares, "utilizados para indicar as facilidades existentes nas edificações, mobiliário, espaços, equipamentos e serviços oferecidos como" (SCHMITT, 2016, p. 36): Símbolos complementares indicadores de atendimento preferencial, indicadores de sanitários acessíveis.

E ainda para a sinalização dos espaços de circulação, Símbolos complementares de circulação: escadas, elevador, escada rolantes, rampas, esteiras rolante, escada rolante com degraus para cadeira de roda entre outras.

Em relação à norma para **acessos e circulação,** de acordo com a NBR 9050 (2015) os prédios públicos como a universidade federal do Pará, campus Abaetetuba há a "necessidade de (no mínimo) uma rota acessível que interligue locais externos (estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres, rampas, escadas, passarelas entre outros) e internos (corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores entre outros)" (BRASIL, 2015, p. 54).

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

> a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
>
> b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
>
> c) 1,50 m para corredores de uso público;
>
> d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas (BRASIL, 2011, p. 54).

Segundo a Norma, uma rota acessível é "[...] um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas." (BRASIL, 2015, p.54). A Norma também salienta as condições de iluminação necessárias para os espaços.

Em relação aos pisos, a NBR9050 (2015) deixa claro que devem ser revestidos de material que apresente independente do piso se encontrar seco ou molhado, uma superfície regular, firme e estável, além de antiderrapante e não trepidante para dispositivos com rodas.

> A inclinação e os desníveis devem ser considerados corretamente, segundo a Norma: [...] a inclinação transversal da superfície deve ser de até 2% para pisos internos e de até 3% para pisos externos. A inclinação longitudinal [...] deve ser inferior a 5%. Inclinações iguais ou superiores a 5% são consideradas rampas[...]. (BRASIL, 2015, p. 55).

Os desníveis devem ser evitados, porém, caso haja desníveis "superiores a 20mm, estes devem ser considerados degraus" (SCHMITT, 2016, p. 38). Outro ponto salientado é o "uso de capachos, tapetes, carpetes e similares, que deve ser evitado em rotas acessíveis e, se existentes, devem ser fixos ao piso e nivelados de forma que não haja desnível superior a 5mm" (SCHMITT, 2016, p. 39).

Muita atenção para as rotas de fuga suas condições, equipamentos e sinalização que devem obedecer às suas regras específicas.

A NBR 9050 (2015) orienta seus usuários à criação de áreas de descanso fora das faixas de circulação em rampas, com sua extensão dependendo da inclinação do piso:

> [...] a cada 50 m para áreas com até 3% de inclinação, a cada 30 m para piso de 3% a 5% de inclinação e para inclinações superiores a 5%, estas são consideradas rampas, conforme já citado. As rampas são explicadas detalhadamente pela Norma, apresentando a fórmula para o cálculo da inclinação do piso, dimensionamento e detalhes sobre limites de inclinação e número de segmentos de rampa permitidos, situações diferenciadas como rampas em curva, entre outros (BRASIL, 2015, p. 40).

Em relação às escadarias e degraus em rotas acessíveis "é vetada a utilização de escadas com espelhos vazados" (SCHMITT, 2016, p. 39).

> Os degraus isolados (sequência de apenas um ou até dois degraus) devem ser evitados. As dimensões das escadas devem ser estabelecidas de acordo com o fluxo de pessoas e atender à NBR 9077. Os corrimãos devem ser revestidos de material rígido, firmemente fixado às paredes ou às barras de suporte e devem ser corretamente sinalizados e instalados tanto em escadas quanto em rampas, de forma contínua e com suas extremidades com acabamento recurvado (SCHMITT, 2016, p. 39).

A autora chama atenção a respeito da circulação interna, onde "os corredores, assim como as escadas, devem ser planejados de acordo com o fluxo de pessoas e com uma faixa livre de barreiras ou obstáculos (SCHMITT, 2016, p. 39).

A norma ainda dá as dimensões necessárias para a total acessibilidade para PCR, prevendo "espaço suficiente para a circulação e manobra da cadeira de rodas, bem como para a instalação de portas (sejam elas de uma ou duas folhas, vai e vem ou portas de vidro) e janelas" (SCHMITT, 2016, p. 39).

A Norma também apresenta as dimensões e características necessárias para a circulação externa.

> Informações relativas à inclinação da faixa livre e dimensões das calçadas, situações de obras na calçada e sua determinada sinalização, faixas de travessia elevadas, rebaixamento de calçadas para o acesso da PCR, sinalização da travessia, passarelas de pedestres, áreas de estacionamento e vagas reservadas e portões de acesso a garagens (SCHMITT, 2016, p. 39).

A NBR 9050 (2015) traz ainda as **normas para Sanitários, banheiros e vestiários,** mas aqui trataremos especificamente dos sanitários e banheiros, já que na universidade federal ao há vestuários.

Segundo a NBR9050, “os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se [...] em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias”. (ASSOCIAÇÃO, apud (SCHMITT, 2016, p. 41)), estando corretamente sinalizados e possuir entrada independente, para que a pessoa com deficiência possa frequentá-las acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.

A Tabela 1 apresenta a tabela contida na norma que especifica o número mínimo de sanitários acessíveis que deverão estar disponíveis para cada tipo de edificação e situação:

Edição de Uso	Situação da Edificação	Número mínimo....
Público	A ser construída	5% do total de cada peça sanitárias, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários.
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar.
Coletivo	A ser construída	5% do total de cada peça sanitário com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver.
	A ser ampliada ou reformada	5% do total do total de cada peça sanitário com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitários.
	Existente	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários.
Privado	A ser construída	5% do total de cada peça sanitário com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitários.
	A ser ampliada ou reformada	5% do total do total de cada peça sanitário com no mínimo um por bloco.
	Existente	Um no mínimo.
NOTA. As instalações sanitárias acessíveis que excederem a qualidade de unidades mínimas podem localizar-se na área interna dos sanitários.		

Segundo Schmitt, (2016) a Norma apresenta as dimensões necessárias para garantir o melhor ambiente para que as pessoas com deficiências tenha oportunidade de utilizar as instalações de forma acessível e autônoma.

> Observações como o espaço para o giro de 360º de uma cadeira de rodas, área necessária para transferência lateral, perpendicular e diagonal da pessoa para a bacia sanitária e área de manobra são consideradas nesta seção da norma, além de indicações de características e dimensões para instalação do mobiliário (bacias, lavatório, espelhos, portas, torneiras, puxadores entre outros) (SCHMITT, 2016, p. 42).

A Norma observa também "a situação ideal em relação ao piso dos sanitários, que deve ser antiderrapante, livre de desníveis e deve ter grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e transferência" (SCHMITT, 2016, p. 42). Outro ponto considerado são as barras de apoio, necessárias para a total segurança e autonomia das PCD, "que devem ser resistentes (a Norma indica a um esforço mínimo de 150 kg), estar firmemente fixadas, ter uma distância mínima de 40 mm entre sua face interna e a parede a qual está fixada entre outros" (SCHMITT, 2016, p. 42).

É recomendável lembrar que acessibilidade não trata apenas de PCD, mas de qualquer pessoa que necessite de tratamento diferenciado devido à qualquer circunstância, como idosos e crianças.

3. OBJETIVOS

Geral:

- ✓ Descrever e analisar criticamente a inclusão da pessoa com deficiência na UFPA-Abaetetuba a partir de suas instalações físicas.

Específicos:

- ✓ Verificar a adequação da estrutura física da UFPA-Abaetetuba que está de acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2015;
- ✓ Averiguar outras adequações necessárias de estruturação física para inclusão da pessoa com deficiência que não constam nas normas da ABNT NBR 9050/2015;
- ✓ Desenvolver propostas de modificações e melhorias para acessibilidade física e estrutural na UPFA-Abaetetuba dando voz as pessoas com deficiência que precisam de uma universidade mais inclusiva e adequada às suas necessidades.

4. METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter descritivo e do tipo qualitativa, ou seja, no sentido de verificar a existência de adaptações a partir da estrutura física de forma adequada ou não, ofertada na universidade para pessoas com deficiência, o ambiente universitário será a fonte direta de coleta dos dados, permitindo analisar os dados coletados.

Segundo Thomas & Nelson (2002, p.280) no estudo descritivo "seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas".

Nessa mesma linha de pensamento Cervo e Bervian (2002, p. 66 - 68) afirmam que "a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos e fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características"

Após a coleta de dados foi feita uma comparação das condições oferecidas ao deficiente no campus universitário de Abaetetuba com o que rege a ABNT NBR 9050/2015, a fim de descobrir se este estabelecimento está em consonância com o que rege a lei.

Descrição dos participantes

Foi participante deste estudo a universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba que possuem em seus contextos pessoas com deficiência regularmente matriculada. Para conseguir mais informações realizamos entrevista com a coordenadora do DAC e conversas informais com alunos com deficiência, professores, e com outros alunos sem deficiências.

Procedimentos para coletas de dados

Para coleta de dados foi feita uma visita, onde fotografamos alguns locais de acesso como: banheiros, corredores, rampas, salas de aula, laboratórios, faculdades, coordenação de pedagogia, sinalizações entre outros para verificação das instalações e condições das mesmas a se enquadrarem dentro das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) de acordo com a NBR 9050/2004.

5. RESULTADOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os dados da pesquisa de campo, onde iniciamos falando um pouco do local da pesquisa, o campo universitário de Abaetetuba.

5.1 O Local – Campus UFPA de Abaetetuba

A pesquisa foi realizada no Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará (UFPA), localizado na Avenida Ramal Manoel de Abreu, S/n bairro Mutirão, Abaetetuba.

Figuras 2 - Campus Universitário de Abaetetuba-UFPA

Segundo Vaz (2017, p. 75) "o campus Universitário de Abaetetuba (UFPA) para sua concretização e desenvolvimento de suas atividades, passou por muitas lutas de pessoas que sonhavam com um polo da Universidade Federal do Pará em Abaetetuba".

> Em 1980, cerca de 700 trabalhadores da educação, reunidos em congresso em Abaetetuba, deram seu grande grito pela implantação da Universidade em Abaetetuba. Outros se sucederam rotativamente nos municípios da região, reafirmando a instalação de um polo da Universidade Federal do Pará (REVISTA VER-O-PARÁ, apud, VAZ, 2017, p. 75).

Ainda para Vaz (2017) em 1986, o sonho se tornou realidade, "aconteceu o 1º vestibular abrindo 250 vagas para os cursos de pedagogia, letras, Matemática, História e Geografia, causando muita euforia" (p.75). Devido não ter um prédio para que se funcionasse os cursos de graduação, "as aulas iniciaram em escolas do município de Abaetetuba, como a Colégio São Francisco Xavier, Escola Basílio de Carvalho, Mendes Contente" (VAZ, 2017, p. 75).

> Em 1990, através dos movimentos sociais, movimento estudantil e os convênios com UFPA - ALBRÁS o prédio foi construído com infraestrutura própria da Universidade Federal do Pará Campus Abaetetuba, localizado no bairro do Mutirão, em um terreno doado pela Prefeitura Municipal, a qual funciona atualmente, com algumas ampliações. No dia 05 de Janeiro de 1991, foi inaugurado, contribuindo com a continuação da educação em nosso município (VAZ, 2017, p. 76).

Na década de 1990, funcionavam os cursos regulares de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia, Ciências Sociais e Especializações em Letras e Matemática. Vinculados ao campus funcionavam os Núcleos de Tomé-Açu, Concordia do Pará e Tailândia. Em 2000, o campus atendia; "cerca de 1.200 alunos, possuíam 27 professores, 05 servidores federais, 16

servidores municipais de Abaetetuba, Igarapé-Mirí e Barcarena e 10 bolsistas, e já graduou 751 profissionais" (VAZ, 2017, p. 76).

De acordo com os dados do PROEG/ UFPA campus Abaetetuba, a Universidade atualmente conta com três grandes faculdades: A Faculdade de Ciências da Linguagem (FACL), Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia – FACET, Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS.

5.2 Análise da Acessibilidade da UFPA – Campus Abaetetuba

Como mencionado, os dados aqui apresentados e discutidos partem do seguinte objetivo, descrever e analisar criticamente a inclusão da pessoa com deficiência na UFPA-Abaetetuba a partir de suas instalações físicas. Bem como, verificar a adequação da estrutura física da UFPA-Abaetetuba que está de acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2015; averiguar outras adequações necessárias de estruturação física para inclusão da pessoa com deficiência que não constam nas normas da ABNT NBR 9050/2015; desenvolver propostas de modificações e melhorias para acessibilidade física e estrutural na UPFA-Abaetetuba dando voz as pessoas com deficiência que precisam de uma universidade mais inclusiva e adequada às suas necessidades.

Durante a análise realizada, foi possível observar diversos aspectos que passam despercebidos para quem não tem ligação com a temática aqui discutida. A existência de rampas, piso tátil, sinalização de banheiros, salas e laboratórios, vagas preferenciais, dentre outros pontos são ignorados durante o dia-a-dia de uma pessoa que não precisa dos mesmos. É importante salientar a necessidade de um olhar crítico e sensível durante a criação de novos projetos e adaptação de projetos e recursos já existentes.

A apresentação dos resultados da aplicação do questionário a coordenadora da Divisão de acessibilidade DAC e das fotografias como instrumento de avaliação das condições de acessibilidade na Universidade Federal do Pará campus Abaetetuba foi dividida de acordo com os tópicos e subtópicos presente na discussão conforme indicado a seguir:

Como o objetivo de descrever e analisar criticamente a inclusão da pessoa com deficiência na UFPA-Abaetetuba a partir de suas instalações físicas, realizamos uma visita e uma rota no campus nos dois prédios um denominado Bloco Antigo, onde temos bloco de pedagogia, bloco de matemática, bloco da secretaria acadêmica, e das faculdades: letras, pedagogia, matemática, educação do campo, engenharia e os laboratórios de informática, sala

de coordenação da DAC, banheiros, auditório toca Tocantins e o Bloco Novo, construído recentemente com salas de aulas, banheiros, biblioteca e auditório central com o objetivo de verificar a existência de acessibilidade ou não, para pessoas com deficiência, para que a partir daí possa ser analisadas e comparadas os dados se estão ou não de acordo com as normas da ABNT.

Para conseguirmos essas informações retiramos algumas Fotografias durante a execução da rota, para identificar e evidenciar alguns aspectos a serem considerados, quando da proposição de modificações estruturais para a acessibilidade prevista na NBR9050 (2015).

Inicialmente foram pensados alguns itens a serem observados tanto no Bloco antigo como no bloco novo como: rampas de acesso, corredores amplos para o fácil deslocamento, Corrimão de acesso, os banheiros entre outros.

Em primeiro contato com a Universidade podemos observar na figura 3 se na entrada e saída e demais locais do campus possuem ou não rampas de acesso a pessoas com deficiências.

Figura 3: Rampa de acesso ao bloco antigo e novo

Fonte: acervo da pesquisa, 2018

De acordo com as fotografias a Universidade Federal do Pará Campus Abaetetuba possuem rampas de acesso tanto no bloco antigo, como no bloco novo. No bloco antigo, foi observado que estas se apresentam fora das normas da NBR9050, construídas após a construção de seu prédio como uma espécie de exigência após os debates sobre a inclusão, para possibilitar o aluno com deficiência entrar na Universidade. No bloco novo alguns espaços possuem rampas com um declive apropriado.

Rampas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência às instalações da universidade Federal do Pará Campus de Abaetetuba e "possibilitando a entrada dos alunos com autonomia e segurança, e garantir que essa seja adequada, não só promove a dignidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mas são importantes como medidas de segurança em caso de acidente" (RIBEIRO; MARQUES, 2011, p. 09), que de acordo com as normas da NBR9050, as rampas tem que ter um leve declive ou ser em nível do chão.

Figura 4: Corredor do campus universitário de Abaetetuba

Fonte: acervo da pesquisa, 2018

De acordo com a figura 4 podemos analisar que 70% do Campus universitário de Abaetetuba possuem corredores amplos para o fácil deslocamento dos alunos e 30% não possuem corredores o que dificulta o acesso dos alunos, como o corredor do bloco novo, que possuem 1,48m.

Segundo a NBR9050, as instituições públicas ou privadas devem possuir corredores amplos em suas instalações com no mínimo 0,90cm, para propiciar aos alunos um fácil deslocamento com autonomia, sem possível constrangimento, para que possa deslocar-se livremente dentro das instalações, sem nenhum obstáculo (BRASIL, 2015).

> a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m; b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m; c) 1,50 m para corredores de uso público; d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas (BRASIL, 2011, p. 54).

Figura 5: Corrimão de acesso as pessoas com deficiência

Fonte: acervo da pesquisa, 2018

De acordo com as normas NBR9050, os corrimões devem possuir em suas instalações, para propiciar o livre acesso dos alunos em suas dependências, estes devem ser instalados a duas alturas: 0,92 e 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior. Para que possa garantir aos alunos autonomia e segurança para seu deslocamento dentro das mesmas.

De acordo com as figura 5 podemos observar que na universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba o bloco antigo, não apresenta praticamente nenhum corrimão adequado, existe um que foi construído recente, mas que não possui as normas adequadas de acordo com

a NBR9050. No bloco novo, existem corrimões, mas apenas 40% adequado para os alunos com deficiências de acordo com as normas.

Figura 6: Entrada e saída dos Banheiro

Fonte: acervo da pesquisa, 2018

Segundo as regras de padrão da NBR9050 para que os alunos possam usar de maneira independente os banheiros, as portas devem conter no mínimo 0,80 cm de largura, para que o deficiente consiga entrar no banheiro sem que haja qualquer tipo de objeção em relação a sua deficiência.

De acordo com a figura 6, mostra as portas e o espaço internos dos banheiros da Universidade. Através das fotografias e medições dos itens podemos analisar que 60% das portas dos banheiros do Bloco velho não apresentam portas com larguras ideias para passagem e 70% dos banheiros do bloco novo, apresentam larguras ideais para o acesso aso alunos com deficiência.

6. DISCUSSÃO

Segundo Frias; Menezes (2017) para que o processo de inclusão possa ser direcionado ao atendimento eficaz dos alunos com deficiência no ensino superior devemos repensar a Universidade, suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores. "É preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção e acessibilidade que facilitem a implementação desta proposta" (FRIAS; MENEZES, 2017, p. 15). Claro que não há modelos pedagógicos prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da universidade tradicional, para uma universidade inclusiva e de qualidade para todos. Cada Universidade, cada turma, cada professor, cada aluno, possuem suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades (FRIAS; MENEZES, 2017).

> Mas, é possível estabelecer algumas adaptações ou mudanças que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes instituições de ensino superior, uma vez que os alunos com deficiência, já estão chegando na universidade, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão universitária possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo (FRIAS; MENEZES, 2017, p. 15).

Durante os quatro anos e meio que passei no campus universitário de Abaetetuba me sentir em um ambiente extremamente restrito, principalmente com relação à estrutura física, apesar dos avanços existentes, ainda traz muitos desafios, principalmente aos professores que recebem em suas salas de aula alunos com deficiências e que precisam desenvolver um trabalho voltado ao seu aprendizado, tanto na questão de acessibilidade quanto nos recursos pedagógicos.

Segundo Cambruzzi; Costa; Denari (2013, p. 06) "a acessibilidade é vista, atualmente, como parte fundamental para o desenvolvimento das pessoas com deficiência com o objetivo de facilitar o acesso a diversos ambientes".

Duarte e Cohen (2004, p. 01) afirmam que "há evidências da necessidade de uma arquitetura verdadeiramente inclusiva em uma universidade concebida para todos". Ainda para

as autoras, “planejamento de seus espaços deve permitir livre acesso de todos os segmentos da sociedade a todos os setores e níveis de ensino e pesquisa” (p. 02).

Sassaki (2009, p.03) menciona que de acordo com Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24,

> Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Toda essa problemática mostra que há necessidade de mudanças, além do acesso na visão e atitudes de muitos professores e nos demais envolvidos no processo ensino/aprendizagem, essas dificuldades nas aulas me deixavam constrangida diante dos meus colegas, por que a falta de suporte adequado não atingia somente a mim, mais todos os alunos da turma. Sendo que foi adaptada uma rampa de acesso em uma sala de aula.

A esse respeito Sassaki (2009, p.04) aborda que em relação ao ensino, este deve privilegiar

> [...] a aplicação dos 15 estilos de aprendizagem; aprendizado e aplicação da teoria das inteligências múltiplas; utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais etc. Todos os integrantes da comunidade escolar devem ser informados e capacitados a respeito da Teoria das Inteligências Múltiplas a fim de que a as aplicação se torne uma prática comum em toda a escola. Professores e alunos têm, no uso das inteligências múltiplas, o fator que une no sucesso do ensino e da aprendizagem.

Outro problema que enfrentei, nas principais portas da instituição como a biblioteca, a pesar de ser um prédio novo com porta adequada precisa de algumas modificações e melhoria pois bem na entrada da sala existe uma barreira de metal que dificulta a passagem da cadeira de rodas e na área interna precisa de uma ampliação do espaço. Já no laboratório de informática a minha experiência é bem mais ampla devido ter realizado uma disciplina laboratório de pesquisa II que tem uma carga horaria de 60hs, foi muito difícil todos esses dias para mim pois a rampa de acesso da sala está acima dos padrões adequado e isso dificultou muito a minha locomoção. Pois esses espaços são importantes na vida diária de uma pessoa em formação acadêmica.

Outras barreiras existentes na universidade é que a fundamental via de acesso possui um piso de bloquete que dá acesso a todos os ambientes que dificulta muito principalmente a pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida a chegar nos outros ambientes com segurança. Essas barreiras deixaram de proporcionar melhor a comunicação, a autonomia, o

conforto e a convivência com outras pessoas. Diante de toda essa minha experiência, podemos verificar que essas considerações são pertinentes quanto à falta de acessibilidade no campus de Abaetetuba e que há a necessidade de uma arquitetura inclusiva; que os espaços ofereçam mais acessibilidade aos usuários em cadeira de rodas e que mudanças atitudinais ocorram para atender as diversidades, resultando em autonomia e segurança, já que os deficientes físicos são os mais penalizados no universo das pessoas com deficiência.

Diante de toda essa vivência nos faz refletir que o campus de Abaetetuba precisa de ações corretivas e preventivas. Verificamos que há necessidade de intervenções planejadas e execução das mesmas para a manutenção de alguns espaços no campus universitário de Abaetetuba e vão desde um melhoramento nas rampas, portas e corrimões adequados e adaptados para as pessoas com deficiência.

É evidente que o campus universitário de Abaetetuba tem avançado em muitos aspectos para proporcionar um ambiente mais inclusivo, temos visto que a intenção de se planejar, executar as melhorias necessárias para todo o tipo de deficiência lá existente, prova disso é a instalação da DAC divisão de acessibilidade, esse espaço busca atende todos os tipos deficiências de acordo, com demandas instituição, tem como fim desenvolver estratégia de acessibilidade e permanecia, desse público no ensino superior, apoiando em questões do ensino, pesquisa, extensão e gestões administrativa.

Alguns atendimentos oferecidos pela DAC são, tradução e interpretantes de Libras, digitação de textos, acesso à tecnologia assistivas: softwares, impressão em Braille, a construção recente de uma nova rampa de acesso, para o deficientes ou pessoas com mobilidade reduzidas, podemos perceber além disso o campus tem avançado em outras questões na busca de proporcionar uma melhor condição acadêmica.

No decorrer dessa pesquisa pode-se perceber a diferença entre os tempos de construção no campus os espaços construídos antes de 2005 são excludentes e os espaços construídos depois são includentes provocando essa disparidade e isso ocorre por conta da própria história do movimento de inclusão.

Segundo Santos; Teles (2012, p. 02) a partir de 1994 houve uma evolução da educação inclusiva após a construção de um documento muito importante conhecido como a Declaração de Salamanca.

> Dentro deste documento as reflexões sobre as necessidades educacionais especiais dos indivíduos passaram a ser respeitada e a situação da acessibilidade começou a ser discutida para um melhor desenvolvimento social e educacional das pessoas com necessidades especiais e de todos os indivíduos desfavorecidos (SANTOS; TELES, 2012, p. 02).

Ainda para os autores esse documento vem modificar o cenário da educação mundial e foi criado para

> [...] apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais (SANTOS; TELES, 2012, p. 02).

De acordo com esse importantíssimo documento os princípios por ele defendidos é que as instituições de ensino e seus projetos pedagógicos se adequem as necessidades dos indivíduos nela matriculados, e ainda "O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de instituições públicas e privadas (BRASIL, 1994 p. 13)

Desta forma, uma instituição que segue os princípios da inclusão deve ter por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam alguma deficiência.

> As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994 p. 17-18).

Desta forma podemos perceber que a Declaração de Salamanca iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade

7. PROPOSTAS DE MUDANÇA

As propostas de mudanças, visão implementar, ações de modificações e melhorias nas construções, reformas e ou / adaptações, e a manutenção das instalações físicas e estruturais da UFPA campus Abaetetuba.

Conforme os princípios que regi a norma da ABNT 9050/2015, buscado a eliminação das barreiras arquitetônicas assim como realizar modificações que minimizem essas barreiras até que sejam eliminadas.

Como se pode perceber através das análises das fotografias algumas mudanças precisam ser feitas no campus Universitário de Abaetetuba, umas de curto, médio e a longo prazo.

As mudanças de curto prazo, é o melhoramento das barreiras arquitetônicas, como rampas de acesso as salas de aulas, sala de informática, faculdades e o alargamento de algumas portas que necessitem desse tipo de melhorias.

A curto prazo, no mínimo 40% das portas da universidade precisa passar pelo processo de alargamento, como já foram citadas todas as portas precisam de rampas mais adequadas para facilitar a passagem da pessoas em cadeira de rodas, e futuramente as modificações e melhorias nos demais ambientes, até que esses ambientes possa se tornar 100% acessível.

> Segundo a norma da ABNT 9050/2015 especifica que, para a utilização das portas em sequência, é necessário um espaço de transposição com um círculo de 1,50 m de diâmetro, somado às dimensões da largura das portas além dos 0,60 m ao lado da maçaneta de cada porta, para permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas. No deslocamento frontal, quando as portas abrirem no sentido do deslocamento do usuário, deve existir um espaço livre de 0,30 m entre a parede e a porta, e quando abrirem no sentido oposto ao deslocamento do usuário, deve existir um espaço livre de 0,60 m, contíguo à maçaneta, conforme. (BRASIL,2015p.69).
>
> Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, No deslocamento lateral, deve ser garantido 0,60 m de espaço livre de cada um dos lados, Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, (BRASIL,2015p.69).

Segundo pesquisa realizada na UFPA campus Abaetetuba foi constatado que os banheiro do bloco antigo necessita de algum tipo de modificações ou melhorias seja ela, a colocação de novas barras de apoio, e a manutenção ou substituição das já existentes das quais necessitem de melhorias.

Durante a observação foi verificado que as bacias de alguns banheiros acessíveis, devem ser substituídos.

Por que algumas bacias possuem abertura frontal que a norma da ABNT atual especifica, que essa bacias não são mais adequadas.

Na pesquisa também foi possível identificar que as maçanetas das portas dos banheiros reservados a pessoas com deficiências não estão adequadas.

De acordo com norma da ABNT9050/2015, As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade circulação com o giro de 360°,

Área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária, a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório deve ser instalado lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo, dentro do sanitário ou boxe acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra (BRASIL,2015p.85). Quando houver mais de um sanitário acessível recomenda-se que as bacias sanitárias, áreas de transferência e barras de apoio sejam posicionadas simetricamente opostas, contemplando todas as formas de transferência para bacia, para atender a uma gama maior e necessidades das pessoas com deficiência;

As barras de apoio são necessárias para garantir o uso com segurança e autonomia das pessoas. (BRASIL,2015p.86).

> Com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme especificado em todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem resistir a um esforço mínimo de 150 kg no sentido de utilização da barra, sem apresentar deformações permanentes ou fissuras, ter empunhadura conforme estar firmemente fixadas a uma distância mínima de 40 mm entre sua base de suporte (parede, painel, entre outros), até a face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar Sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. O comprimento, e a altura de fixação são determinados em função de sua utilização, conforme exemplos apresentados. (RASIL,2015p.88).

A melhoria da adaptação dos banheiros reservados a pessoa com deficiências, como barra de apoio, maçanetas, portas, os vasos sanitários e o tamanho desses ambientes, são ações fundamentais que facilita a vida da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

As mudanças de médio prazo, com já foi citado no decorrer desse trabalho, são as adaptações nos corredores, corrimões e principalmente bloquetes, assim como colocando passarelas de cimento entre os bloquetes, dando assim alternativas de acessibilidades que possibilite aos deficientes físicos autonomia e liberdade para circular sozinho no campus universitário de Abaetetuba.

De acordo com a rota realizada na universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba o bloco antigo, não proporciona praticamente nenhum corrimão adequado. No bloco novo,

existem corrimões, mas apenas 40% está adequado para os alunos com deficiências, de acordo com a norma da ABNT todas as rampas devem tem corrimões adequados.

Segundo a norma da ABNT NBR9050/2015 Os corrimãos podem ser acoplados aos guarda-corpos e devem ser construídos com materiais rígidos. Devem ser firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte, garantindo condições seguras de utilização. Devem ser sinalizados conforme o dimensionamento dos corrimãos deve atender ao descrito em. Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas), (BRASIL,2015p 63

Quando se tratar de degrau isolado, basta uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso. Os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas, e devem prolongar-se paralelamente ao patamar, pelo menos por 0,30 m nas extremidades, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão, conforme. As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias, conforme (BRASIL ,2015p63).

Corrimãos em escada e rampa em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminhamento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente. Quando se tratar de escadas ou rampas com largura igual ou superior a 2,40 m, é necessária a instalação de no mínimo um corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação com largura mínima de 1,20 m, conforme Os corrimãos intermediários somente devem ser interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínio de 0,80 m entre o término de um segmento conforme (BRASIL ,2015p63).

De acordo com estudo podemos avaliar que 70% do Campus universitário de Abaetetuba no bloco antigo possuem corredores amplos para o fácil deslocamento dos alunos em cadeira de rodas ou com mobilidades reduzidas e também foi possível observar que alguns corredores necessitam de manutenção e 30% não possuem corredores o que dificulta o acesso dos alunos, como o corredor do bloco novo, que possuem 1,48m

> Segundo a norma, 9050/2015 Circulação interna os, corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de

> barreiras ou obstáculos, conforme. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são: 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m; 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores
>
> Com extensão superior a 10,00 m; 1,50 m para corredores de uso público, maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada (BRASIL ,2015 p 68).
>
> A norma em edificações e equipamentos urbanos existentes, onde a adequação dos corredores seja impraticável, devem ser implantados bolsões de retorno com dimensões que permitam a manobra completa de uma cadeira de rodas (180°), sendo no mínimo um bolsão a cada 15,00 m. Neste caso, a largura mínima de corredor deve ser de 0,90 m. Para transposição de obstáculos, objetos e elementos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura mínima do corredor deve ser de 0,80 m, conforme Acima de 0,40 m de extensão, a largura mínima deve ser de 0,90 m (BRASIL , p 68).

Outro corredor existente na instituição é a principal via de entrada tem um calçamento de bloquete que dá acesso a todos os espaços, o que dificulta muito sobretudo a pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida a chegar nos outros ambientes com segurança. Essas barreiras deixam de proporcionar melhor a comunicação, a autonomia, o conforto e a convivência com outras pessoas.

Perante todas as barreiras existente ficou evidente que universidade necessita de no mínimo três rotas acessíveis.

Para ABNT/NBR 9050, as rotas a acessíveis são áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis. As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais necessitam ser acessíveis em suas áreas de uso comum. As unidades autônomas acessíveis devem estar conectadas às rotas acessíveis. Áreas de uso restrito, conforme definido. (BRASIL, 2015.p.54).

Como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares, não necessitam atender às condições de acessibilidade desta Norma.

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação.

A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação. (BRASIL, 2015.p.54).

Para mudanças de longo prazo são as adaptações futuras no campus universitário, deve ser feita adaptações nos seguintes ambientes: biblioteca, auditório central, auditório toca Tocantins e o nivelamento do piso.

Conforme estudo realizado e da das experiências anteriores, ficou evidente, que os dois espaço da UFPA campus Abaetetuba. Sendo eles, os auditórios toca tocantim e o auditório central, um que está localizado no bloco antigo e outro no bloco novo ambos não possui nem espaço adequado para pessoa em cadeira de rodas PCR, ou pessoa com mobilidade reduzida PMR, e também o auditório da universidade, além disso necessita de um palco mais acessível.

> Segundo a norma 9050 Posicionamento dos espaços e assentos em edifícios existentes Espaços para P.C.R. e os assentos para P.M.R. podem ser agrupados, quando for impraticável a sua distribuição por todo o recinto. Sempre que possível, os espaços devem ser projetados de forma a permitir a acomodação de P.C.R. ou P.M.R. com no mínimo um assento companheiro Dimensões dos espaços para P.C.R. e assentos para P.M.R. espaço para P.C.R. deve possuir as dimensões mínimas de 0,80 m por 1,20 m e estar deslocado 0,30 m em relação ao encosto da cadeira ao lado, para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. (BRASL, 2015 p.1260).

> Deve ainda ser garantida uma faixa livre de no mínimo 0,30 m entre o M.R. e a fileira posterior ou entre o M.R. e a fileira frontal, Quando o espaço para P.C.R. estiver localizado em fileira intermediária, a faixa livre de 0,30 m deve ser garantida em relação às fileiras frontal e posterior espaço para P.C.R. deve ser sinalizado. (BRASIL,2015 p. 126).

Segundo norma a continua relatando que,

> Espaços para P.C.R. n 4 – Espaços para P.C.R. em fileira intermediária – Vista superior, os assentos para P.M.R. devem possuir um espaço livre frontal de no mínimo 0,60 m, Quando forem previstas superfícies para leitura ou escrita, associadas aos assentos, devem ser disponibilizadas superfícies acessíveis, respeitando o quantitativo de espaços reservados à P.C.R. a primeira fileira – Vista superior e Espaços para P.C.R. na última fileira – Vista superior (BRASIL,2015p127).

A biblioteca está localizada no bloco novo, e apesar ser um prédio novo não deixa de apresentar alguns problemas no local, como mesa acessíveis, a larguras dos corredores entre as

estantes, e outras barreiras existentes, que dificulta com que a pessoa em cadeira de rodas possa circular livre de obstáculos.

Para ABNT/NBR 9050, Nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve presenta um exemplo de terminal de consulta acessível. Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis, conforme Seção 9. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade. (BRASIL,2015p136).

A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra, conforme. (BRASIL,2015p136). A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica da Bibliografia. (BRASIL,2015p136).

Recomenda-se que possuam também publicações em Braille. Pelo menos 5 % do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis à P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade. (BRASIL,2015p137).

O nivelamento do piso ajudaria e evitaria os degraus e as rampas inadequadas.

> Segundo a norma da ABNT 9050/2015, Circulação – Piso A circulação pode ser horizontal e vertical. A circulação vertical pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo
>
> A duas formas de deslocamento vertical, condições gerais os pisos devem atender às características de revestimento, inclinação e desnível, conforme descrito, os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). (BRASIL, 2015.p.55).
>
> Deve-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de desenho ou cor possam causar a impressão de tridimensionalidade). A inclinação transversal da superfície deve ser de até 2 % para pisos internos e de até 3 % para pisos externos. A inclinação longitudinal da superfície deve ser inferior a 5 %. Inclinações iguais ou superiores a 5 % são consideradas rampas e, portanto, devem atender a desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso

> de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima 1.2 de (50 %), conforme desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus, (BRASIL,2015p.55).

Segundo a norma continua reiterando que,

> Em reformas, pode-se considerar o desnível máximo de 75 mm, tratado com inclinação máxima de 12,5 %, conforme sem avançar nas áreas de circulação transversal, e protegido lateralmente com elemento construído ou vegetação nas áreas de circulação, quando o desnível for lateral, observar o descrito em as soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de até no máximo um degrau devem ter parte de sua extensão. (BRASIL,2015p.56).

> Substituída por rampa com largura mínima de 0,90 m e com inclinação em função do desnível apresentado e atendendo aos parâmetros estabelecidos. Parte do desnível deve ser vencido com rampa, e o restante da extensão pode permanecer como degrau, desde que associado, no mínimo em um dos lados, a uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso, sem avançar sobre a área de circulação pública (BRASIL, 2015.p.56).

8. CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho depois de realizadas conversas informal com a coordenadora da DAC e fotografado alguns espaços do campus da UFPA, Abaetetuba, foi observado que esses espaços não estão adaptados e acordo com a NBR9050, onde é priorizado os padrões de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Podemos concluir que no Campus de Abaetetuba possuem rampas de acesso tanto no bloco antigo, como no bloco novo, porém estas se apresentam fora das normas da NBR9050, e algumas foram construídas após a construção de seu prédio como uma espécie de exigência da política de inclusão, porém possibilita o aluno com deficiência ingressar e estudar na Universidade.

Em relação aos corredores, 70%, do Campus universitário de Abaetetuba possuem corredores amplos para o fácil deslocamento dos alunos e 30% não possuem corredores de acordo com a NBR9050, o que dificulta o acesso dos alunos de cadeira de rodas, Um exemplo é o corredor do bloco novo, figura 4, que possuem 1,48m.

Na universidade Federal do Pará, campus Abaetetuba no bloco antigo, não apresenta praticamente nenhum corrimão adequado, existe um que foi construído recente, mas, que não possui as normas adequada de acordo com a NBR9050. No bloco novo, existem corrimões, mas apenas 40% adequado para os alunos com deficiências de acordo com as norma.

Através das fotografias e medições dos itens podemos analisar que 80% das portas das salas de aula, dos banheiros, e dos demais estabelecimento do Bloco antigo não apresentam portas com larguras ideais para passagem de alunos cadeirantes e 70% dos banheiros do bloco novo, apresentam larguras ideais para o acesso aos alunos com deficiências.

Acreditamos que a universidade, enquanto espaço público e democrático formalizaria o que está previsto nos princípios da escola inclusiva, nos documentos legais, que garantam a acessibilidade nos diferentes níveis.

9. REFERÊNCIAS

AMARAL, Marciliana Baptista. et al. **Breve Histórico da Educação Inclusiva e Algumas políticas de inclusão**: Um olhar para as escolas em Juiz de Fora. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery http://re.granbery.edu.br - ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - N. 16, JAN/JUL 2014.

ANTUNES, Antônio Carlos. Importância da normalização. Disponível em: http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/MARCELODACOSTAFERREIRA/MaterialDidatico/importancia-da-normalizacao.pdf acesso em: 24/05/2018.

BRASIL, Associação Brasileira de Normas Técnicas : **História da normalização brasileira** / Associação Brasileira de Normas Técnicas. – Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BRASIL, Lei N° 010172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf aceso em: 16/05/2018.

BRASIL, **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. COSTA, Maria da Piedade Resende da. DENARI, Fátima Elisabeth. Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas. Revista Educação Especial | v. 26 | n. 46 | p. 351-366 | maio/ago. 2013. Disponível em: http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial acesso em: 11/07/2018.

CERVO, A.L. e BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2002.

DUARTE, Emerson Rodrigues. **A inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior e nos cursos de educação física de Juiz de Fora pede passagem. E agora**? Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

DUARTE, R. S.; COHEN, R. Acessibilidade aos espaços do ensino e pesquisa: desenho universal na UFRJ – possível ou utópico? In: NUTAU 2004: DEMANDAS SOCIAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E A CIDADE, 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: NUTAU 2004: demandas sociais, inovações tecnológicas e a cidade, 2004.

FUMEGALLI, Rita de cássia de Ávila. **Inclusão Escolar:** O Desafio de uma Educação para Todos? -Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ- 2012.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. MENEZES, Maria Christine Berdusco Menezes. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais:** contribuições ao professor do Ensino Regular. 2017. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/2017arquivos/1462-8.pdf acesso em: 03/07/2018.

CIBEC/MEC. **Inclusão: Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005- jan./jul. 2010.

LIRA, Hiliane Lilian da Silva. **Percepção dos professores de uma escola municipal de João Pessoa sobre a inclusão escolar com deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – UFPB/CCSA – João Pessoa, 2016.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MAZZOTTA, M. J. S. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais**: Reflexões sobre inclusão sócio educacional. Mackenzie, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e politicas Publicas/ 5º ed. –São Paulo; Cortez, 2005.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial.** Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003. Disponível em: <http://livrosdamara.pbworks.com/f/historiadeficiencia.pdf>. Acesso em: 12/04/2018.

PANDO, Daniel Abraão. **Breve Histórico da Normalização**. Disponível em: www.firb.br/editora/index.php/teste/article/.../15/7.%20Acesso%20em%2019nov2014 acesso em: 04-06-2018.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva:** Alguns marcos Históricos que produziram a Educação atual.

Disponível:http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf acesso em: 14/04/2018.

SANTOS, Alex Reis dos. TELES, Margarida Maria. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. Simpósio Educação e Comunicação. Infoinclusão: Possibilidades de ensinar e aprender. 17 e 19 de setembro de 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: **acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

THOMAS, J. & NELSON, J. Métodos de pesquisa em atividade física e saúde. 3ª ed. São Paulo: Artmed Editora, 2002.

VAZ, Rosilda do Socorro Ferreira. **A Pedagogia da Alternância no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em Abaetetuba. - 2017**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017. Orientação: Profa. Dra. Mara Rita Duarte de. OLIVEIRA.